

1 Aos quatorze dias do mês de março de 2018, A Prefeitura de São Paulo, por meio da
2 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL e a São Paulo
3 Urbanismo, conforme convocatória, inicia às 19h09 na UNINOVE – Barra Funda
4 Avenida Francisco Matarazzo, 364 – Barra Funda, a Audiência Pública para
5 apresentação da Minuta do Projeto de Lei para a Revisão da Operação Urbana
6 Consorciada Água Branca. **Sra. Patrícia Saran**, Gerente de Participação Social da
7 São Paulo Urbanismo, toma a palavra e em seguida agradece presença da população.
8 Abre regimentalmente os trabalhos, convida os componentes da mesa diretora para
9 tomar seus respectivos assentos o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo
10 Urbanismo e Coordenador do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada
11 Água Branca - Leonardo Amaral Castro; o Diretor de Gestão das Operações Urbanas
12 da São Paulo Urbanismo – Vladimir Ávila; o Superintendente de Estruturação de
13 Projetos da São Paulo Urbanismo – Marcelo Fonseca Ignatios e o Vereador Paulo
14 Frange. Também agradece a presença do Prefeito Regional da Lapa, Sr. Carlos
15 Eduardo Batista Fernandes. Salaria que o conteúdo a ser abordado será o de
16 Revisão da Lei da Operação Urbana Água Branca, discorrendo sobre as motivações
17 que provocaram a revisão proposta. Informa ainda que a convocação para a Audiência
18 Pública se deu através de publicação de convite em Diário Oficial da Cidade e em
19 jornal de grande circulação no dia 03 de março de 2018. **Sr. Leonardo Amaral Castro**
20 cumprimenta a mesa e os presentes, anuncia que a audiência pública é relativa à
21 minuta do projeto de lei proposto. Informa que a respectiva lei em debate tem sua
22 origem em 1995 e que teve uma revisão realizada em 2013, mas que infelizmente,
23 durante o processo de revisão, se constatou que os estudos econômicos realizados,
24 somado a outros fatores, inviabilizou o investimento imobiliário na região. Acrescenta
25 que a revisão é extremamente necessária, sob o contexto econômico, uma vez que o
26 projeto de lei, que também descreve como inovador (compreendendo que ele abriga
27 uma série de parâmetros para obras públicas como a construção de moradias,
28 hospitais e ruas) está atualmente comprometido por um engessamento financeiro
29 econômico. Complementa ainda explicando que a revisão da lei é anterior ao marco
30 regulatório da cidade, descrito pelas leis de plano diretor, zoneamento e código de
31 obras, e que ajustes levando em conta estas novas leis, devem ser realizados.
32 Encerra sua fala apresentando a audiência como importante espaço para o
33 recebimento de propostas, contribuições e questionamentos, e que uma das questões
34 centrais abordadas pela lei da operação é de construir um projeto que seja condizente
35 com o anseio da população. **Sr. Paulo Frange** cumprimenta a mesa e os presentes e
36 agradece a grande presença da população. Discorre sobre o histórico da lei da

37 Operação Urbana Água Branca, ressaltando a enorme diferença que se construiu
38 entre a lei proposta em 2012 e a aprovada em 2013, esta última, resultado de larga
39 participação pública. Admite sua parcela de culpa no que se refere à alteração do valor
40 do CEPAC, mas justifica a dificuldade de projeção do ritmo econômico da cidade e do
41 país, além de outros fatores que de certa maneira abalaram o mercado. Destaca que
42 no momento anterior da revisão, o valor de venda dos imóveis na região da operação
43 ficou entre R\$ 15 mil (quinze mil reais) e R\$ 20 mil (vinte mil reais) o metro quadrado,
44 justificando na época o grande aumento no valor inicial dos CEPAC. Neste momento a
45 mesa diretora dos trabalhos é desfeita e o Sr. Marcelo Ignatios toma a palavra e inicia
46 a apresentação, que é parte integrante desta ata. **Sr. Marcelo Ignatios** inicia sua
47 apresentação destacando que a operação urbana é consorciada, e que o consórcio se
48 comporta como um vaso comunicante entre o poder público e o setor privado. Destaca
49 que a lei, aprovada em 2013 não será totalmente revogada, e que a ideia é rever os
50 parâmetros econômicos financeiros. Em seguida, apresenta uma série de slides
51 elencando o histórico econômico do mercado imobiliário na cidade, os fatores de
52 crescimento econômicos brasileiros, o excesso de imóveis vagos na cidade, os
53 aspectos microeconômicos que a lei dispõe, o cálculo de contrapartida em relação à
54 taxa de câmbio proposta por setor da operação, a questão da unidade incentivada e
55 sua cota de 30%, o tamanho da unidade incentivada variando entre 45 e 50m², para
56 que seja atingido um público de menor renda, o fator da obrigatoriedade da unidade
57 incentivada, o déficit de 5 bilhões entre os fatores de arrecadação e de investimento
58 proposto, o inflacionamento do valor do CEPAC com o passar do tempo, o valor ditado
59 pelos elementos: preço do terreno, o custo de construção, o custo do CEPAC e o
60 preço da venda, o solo virtual como componente a ser calculado, a questão do valor
61 do CEPAC para aplicação em terrenos mais caros e mais baratos, a demanda do
62 mercado como componente que afeta o preço dos imóveis, a questão do
63 financiamento público dos imóveis como maneira de aquecimento do mercado, o
64 poder de compra e de pagamento dos financiamentos por parte da população, o custo
65 da construção por metro quadrado, a atual pesquisa de preço dos imóveis que
66 apresenta um valor médio por metro quadrado de R\$ 10 mil (dez mil reais), a falta de
67 procura do mercado por títulos do CEPAC, o desaquecimento do mercado de imóveis
68 na cidade, a análise financeira que apresenta como valor aproximado de compra do
69 mercado de CEPAC pelo valor de R\$ 300 (trezentos reais) por metro quadrado, a
70 projeção de valorização imobiliária, o acesso ao crédito imobiliário entre 2008 e 2014 e
71 seu aumento e quedas, a queda do crescimento do produto interno bruto brasileiro a
72 partir de 2013, o ritmo de construção de novos empreendimentos, a reserva financeira

73 de 22% para a construção de unidades de HIS, o novo marco regulatório da cidade, a
74 revisão da tabela de equivalência do CEPAC por região de investimento, a projeção de
75 valorização imobiliária, o programa de investimentos com estimativas de custos.
76 Finaliza sua fala como conclusão e recomendação, destacando que é necessário um
77 alinhamento do marco regulatório com a lei da Operação Urbana Consorciada Água
78 Branca, uma redução do valor do CEPAC e um dispositivo que facilite a doação de
79 bens a prefeitura. 1) **Sr. Emerson da Silva, representante do Conselho Gestor da**
80 **ZEIS Água Branca** cumprimenta a mesa e os presentes. Reclama da falta de
81 abordagem, durante o conteúdo apresentado, da temática de Habitação de Interesse
82 Social – HIS. Reclama da falta de compromisso do poder público em estabelecer
83 prazos e divulgá-los, para a execução das obras habitacionais. Conta ainda sua
84 história traumática de desapropriação e do baixo valor pago pela ajuda do auxílio
85 aluguel. Reitera suas reclamações quanto à falta de política pública da prefeitura na
86 região, reforçado o descaso para com as questões habitacionais. Solicita ao Vereador
87 presente, Sr. Paulo Frange, que tenha uma maior atenção para com a população local.
88 2) **Sr. Edivaldo Godoi, Presidente da Associação de Moradores** cumprimenta a
89 mesa e os presentes. Informa que mais de 50% da área da Operação Urbana da Água
90 Branca encontra-se na Barra Funda e que a população mais carente desta região não
91 é atendida. Ressalta que os maiores empreendimentos imobiliários ocorrem na Barra
92 Funda e que a Barra Funda e a Água Branca são parceiras. Coloca a Associação de
93 Moradores que preside a disposição da população. 3) **Sra. Maria Helena Silva,**
94 **moradora do perímetro expandido da operação urbana,** cumprimenta a mesa e os
95 presentes. Reclama da falta de respeito e comprometimento por parte do poder
96 público municipal com a questão da habitação de interesse social no âmbito da
97 operação. Reclama do descaso da prefeitura com o dinheiro público e cobra
98 resultados do concurso público contratado pelo valor de R\$ 300 mil (trezentos mil
99 reais) para o projeto de urbanização do Subsetor A1. Reclama ainda dos políticos e da
100 falta da presença deles no período que não seja o eleitoral. Encerra sua fala
101 enaltecendo que a redução do valor do CEPAC, é uma redução no valor de
102 investimento das HIS. 4) **Sra. Hemelin Rodrigues Santos, da Comunidade Água**
103 **Branca – nova Comunidade do Sapo,** cumprimenta a mesa e os presentes. Cita a
104 existência do uso dos recursos existentes na conta da Operação Urbana e cobra a
105 construção imediata das unidades habitacionais. Reclama que a Secretaria Municipal
106 de Habitação não dá a devida atenção a sua própria responsabilidade. Reclama do
107 descaso da prefeitura em relação ao assunto de habitação e do jogo de empurra que a
108 instituição aparenta. Repudia a modificação no valor do CEPAC proposto pela minuta

109 de lei que esta sendo realizada e protocola abaixo assinado realizado pelos moradores
110 a cerca do assunto. 5) **Sra. Ana Carolina Pereira, representante do Grupo de**
111 **Gestão da Operação Urbana e membro do Conselho Gestor da ZEIS Água**
112 **Branca** cumprimenta a mesa e os presentes. Inicia sua fala repudiando a revisão da
113 lei da Operação Urbana, reclama da demora no atendimento habitacional e informa
114 aos presentes que existe um grande valor no banco, na conta da Operação Urbana
115 que já pode ser gasto para a construção das unidades habitacionais. Cobra maior
116 respeito por parte da prefeitura às famílias ali presentes. Finalizado o primeiro bloco de
117 manifestações, o **Sr. Leonardo Amaral Castro** comenta sobre estas primeiras
118 manifestações, e informa que o fundo da operação foi criado em 1995, durante a
119 primeira aprovação da lei e que a conta, com os recursos arrecadados pela operação,
120 já ultrapassa o valor de R\$ 500 milhões (quinhentos milhões de reais). Informa
121 também que o uso desde recurso está vinculado as aprovações e liberações dos
122 projetos que são apresentados. Lembra também que as 630 unidades habitacionais de
123 interesse social são absoluta prioridade, junto com a construção das obras de
124 drenagem e a abertura de vias públicas. Lembra ainda que as prioridades do uso do
125 recurso da operação urbana – principalmente quanto à aplicação à Habitações de
126 Interesse Social, é uma conquista dos movimentos d moradia e moradores da região
127 já gravados na legislação em vigor. Ressalta também que o projeto urbano não sofre
128 alterações com esta proposta de revisão da lei, que a proposta de modificação se
129 limita aos fatores econômicos e financeiros. Por fim, avisa que as conversas com a
130 Companhia de Engenharia de Tráfego – CET caminham com as alternativas de
131 desmobilização da área para que possa viabilizar as unidades habitacionais e dar a
132 devida destinação ao Subsetor A1. Retomando com as falas dos presentes, é
133 chamado: 6) **Sr. Elzo Gama, da Associação de Moradia da Zona Oeste,**
134 cumprimenta a mesa e os presentes. Reclama que as coisas não saem do papel,
135 reclama que a administração municipal retirou o leite das escolas e das crianças,
136 reclama da falta de atenção dos vereadores para a população moradora da periferia,
137 reclama da falta de ações concretas para a viabilização e construção de unidades
138 habitacionais de HIS. Pede ainda que não sejam construídos, para HIS, prédios
139 pequenos, mas sim grandes edifícios, nos moldes do que o mercado oferta a
140 população de maior renda. 7) **Sra. Cira Malta, Ciclocidade** cumprimenta a mesa e os
141 presentes. Reclama da falta de políticas públicas para os transportes, e reforça que
142 este assunto não pode ser negligenciado. Fala da necessidade de se conectar a
143 cidade através das ciclovias, e propor esta opção como elemento de conexão em
144 áreas centrais bem como em periféricas. Cita ainda que está envolvida neste projeto

145 da Operação Urbana há muito tempo, acompanhando diretamente. Repudia a
146 proposta na mudança da lei, e em específico, a toda e qualquer mudança no estudo
147 econômico já em vigor. Reclama também que a proposta apresentada pela São Paulo
148 Urbanismo não é democrática e que apenas beneficia o mercado. Salienta ainda que
149 80% da população é usuária do sistema de transporte público coletivo e resalta que
150 existe um plano de mobilidade desenvolvido na região para a região. Encerra sua fala
151 remetendo ao constrangimento gerado na região pela circulação de pessoas quando
152 são diversas vezes abordadas por seguranças particulares que indagam a motivação
153 para a circulação nas vias da região. 8) **Sra. Daniela Venâncio, moradora da Água**
154 **Branca** cumprimenta a mesa e os presentes. Inicia sua fala salientando que R\$ 500
155 milhões (quinhentos milhões de reais) é uma grande quantia de dinheiro e que 600
156 habitações pouco significam diante a demanda atual. Cobra do poder público ações e
157 resultados efetivos para as políticas públicas. Cita ainda que o terreno, de propriedade
158 da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, é mal aproveitado, e continua sendo
159 usado como pátio para o estacionamento de veículos em desuso. 9) **Sra. Severina,**
160 **representante do Grupo de Gestão da Operação Urbana** cumprimenta a mesa e os
161 presentes. Inicia sua fala repudiando a mudança proposta na lei, sob a alegação de
162 que essa mudança apenas beneficia o setor imobiliário sem qualquer contrapartida
163 social. Reclama que a apresentação efetuada foi extremamente reduzida em relação à
164 apresentada ao Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada, em especial
165 quanto à tabela dinâmica contida na proposta da revisão da lei. Cobra que sejam
166 realizadas mais audiências públicas para que possa ser discutido mais a fundo o
167 assunto em questão. Pede que seja exposto, nas apresentações, mais argumentos
168 para a mudança e mais conclusões. 10) **Sra. Dulcineia Pastrello, representante do**
169 **Grupo de Gestão da Operação Urbana** cumprimenta a mesa e os presentes. Inicia
170 sua fala ressaltando que a lei não pode sofrer mudanças, repudia as propostas de
171 mudanças. Coloca-se contra a proposta de revisão, em especial às demais alterações
172 que foram apresentadas apenas nas reuniões junto ao Grupo de Gestão. Enaltece que
173 deve ser dada maior importância à construção de HIS e equipamentos públicos.
174 Solicita ao poder público que sejam construídas as habitações, independente da
175 questão dos valores e vendas dos CEPAC. Reforça ainda sua opinião contrária a
176 mudança na lei, principalmente pelo risco de grande alteração, quando o projeto de lei
177 estiver no debate junto à Câmara Municipal. **Sr. Leonardo Amaral Castro** retoma a
178 palavra após este bloco de manifestações. Informa aos presentes que o projeto de
179 habitação de interesse social para o Subsetor A1 foi concebido contemplando também
180 grandes edifícios, com elevador e bom desenho arquitetônico e com a presença de

181 equipamentos públicos. Cita também que existe, sob todos os aspectos, total
182 prioridade a mobilidade ativa, dando ênfase à circulação de pedestres e ciclistas em
183 toda a região da operação. Enfatiza também que na revisão da lei, em 2013, houve
184 uma majoração do valor do CEPAC e que isto engessou a operação devido à negativa
185 do mercado em adquirir os títulos a preços tão elevados. Quanto ao número de
186 habitação de interesse social, lembra a todos que os parâmetros e previsões são
187 estabelecidos pela lei, tendo que ser respeitada, e que as unidades por ela previstas
188 serão executadas. Solicita que o Sr. Marcelo Ignatios esclareça sobre a aplicação da
189 tabela dinâmica citada. Coloca-se à disposição tanto ao final da audiência, quanto na
190 própria sede da São Paulo Urbanismo, para outros esclarecimentos que a dinâmica da
191 audiência pública não seja capaz de esclarecer. Ressalta que todo esse processo de
192 discussão e pactuação da revisão da lei visam a celeridade na implementação do
193 plano urbanístico previsto na lei da operação urbana. Reforça que não há conflito de
194 interesses, e que o poder público obedece aos dispositivos legais vigentes. **Sr.**
195 **Marcelo Ignatios** destaca que, no caso econômico, o valor do CEPAC é inicialmente
196 proposto menor, mas que há incremento do valor com o tempo, de forma a atrair os
197 investimentos e fazer com que o valor seja condizente com o interesse do mercado e
198 posteriormente justo com interesse da população. Lembra a todos que a tabela é
199 dinâmica, com aumentos progressivos de valores de acordo com a aderência e
200 valorização do território. **Sr. Paulo Frange** inicia sua fala ressaltado que a lei da
201 Operação Urbana da Água Branca é de 1995, e que até o ano de 2013 pouquíssimo
202 fora realizado em relação às intervenções públicas, e que a lei apresenta a construção
203 de 630 unidades habitacionais de HIS para o perímetro da Operação. Prossegue
204 ressaltando que na revisão de 2013 foi uma grande conquista que os recursos
205 pudessem ser usados em um perímetro expandido, compreendido pela extensão além
206 do Rio Tiete, permitindo que necessidades habitacionais da zona norte também
207 pudessem ser atendidas. Ressalta também que a construção de uma ponte, conexão
208 com Pirituba, é uma grande conquista, e no que tange aos ciclistas, que o projeto
209 compreende uma ciclovia segregada do fluxo de automóveis. Encerra sua fala citando
210 a necessidade da passagem do projeto pela Câmara Municipal, onde o projeto poderá
211 sofrer alterações que aprimorem a lei, num processo de aprimoramento da proposta.

212 11) **Sra. Jupira Cauhy, representante do Grupo de Gestão da Operação Urbana**
213 cumprimenta a mesa e os presentes. Inicia sua fala indagando aos presentes quantos
214 dali haviam participado das audiências anteriores – quando do processo de revisão da
215 lei entre 2012 e 2013. Esclarece que a importância da ferramenta da audiência é a do
216 poder público ouvir a população. Reclama das interjeições realizadas pela mesa,

217 contextualizando que as falas da população não foram de caráter a ser respondido,
218 mas que foram afirmações. Reforça o posicionamento contrário à revisão da lei, que a
219 maioria dos representantes da sociedade civil apresentaram junto ao colegiado.
220 Esclarece ainda que o conteúdo a ser mudado na lei não será apenas os fatores
221 econômicos, mas diversos outros. Questiona o fato de o dinheiro estar rendendo no
222 banco e não ser usado para as obras públicas na região, com a construção de
223 Habitações de Interesse Social - HIS, creches, UBS, entre outras. Questiona ainda o
224 fato dos moradores de duas comunidades locais não terem sido atendidos até o
225 presente momento. Continua sua fala remetendo a necessidade de previsão
226 habitacional da ordem de 5 mil unidades, da construção da ponte, da UBS e outras
227 obras públicas. Questiona a metodologia de ser diminuído o valor do CEPAC, uma vez
228 que isto também impactará na diminuição dos valores a serem arrecadados para
229 investimento no programa de intervenções desta operação urbana. Encerra sua fala
230 reforçando que não há necessidade de se apressar a discussão do tema, e que não
231 recomenda que o projeto de modificação da lei seja encaminhado à Câmara Municipal.
232 **Sr. Sérgio Belleza Filho, consultor de fundo imobiliário** cumprimenta a mesa e os
233 presentes. Apresenta-se como corretor imobiliário, que trabalha diretamente com a
234 aplicação de CEPAC. Esclarece que na região não há presença de obras sem a venda
235 de CEPAC. Lembra que em outras operações urbanas, o valor do CEPAC foi
236 condizente e que isto levou a viabilidade da operação, resultando na construção por
237 parte do poder público nas unidades de Habitação de Interesse Social - HIS propostas.
238 Pede a São Paulo Urbanismo que remova a divisão da venda de títulos de CEPAC
239 entre os grupos de Residencial e Comercial, solicita que seja apenas um único grupo
240 para todos os usos. Por último, agradece a medida de parcelamento do pagamento do
241 CEPAC em 10 (dez) parcelas, que facilita muitas vezes a aquisição e uso do título.
242 **Sra. Marcela Barreta, Conselheira Municipal da Lapa** cumprimenta a mesa e os
243 presentes. Inicia sua fala alegando que a prefeitura não ouve o povo e que a Câmara
244 Municipal dá base e sustentação as solicitações do poder executivo. Reclama ainda
245 da motivação para aceleração dos debates e discussões, da real motivação para que
246 isto esteja acontecendo. Questiona se a prefeitura está a serviço do povo ou do
247 mercado imobiliário. Ressalta ainda que uma diminuição dos CEPAC representa uma
248 diminuição de hospitais, escolas, creches e HIS. Esclarece que é radicalmente contra
249 a aprovação da lei sem as devidas discussões. Por fim, indica que as propostas
250 apresentadas são contrárias as leis em vigor. **Sr. Jorge Eduardo, Preserva São**
251 **Paulo** cumprimenta a mesa e os presentes. Informa que esteve presente nas
252 audiências realizadas no ano de 2013. Questiona a atual credibilidade da classe

253 política. Questiona a relação construída no âmbito da lei com o mercado imobiliário.
254 Coloca sob suspeita a conduta civil da prefeitura na gestão passada e atual. Ped
255 explicações da existência de ligação entre o poder público e as empresas de ônibus e
256 o mercado imobiliário. Cogita a possibilidade da remoção das instituições públicas. **Sr.**
257 **Eduardo França, morador do Jardim das Perdizes** cumprimenta a mesa e os
258 presentes. Apresenta-se como ex-morador da Comunidade Paraisópolis, sendo agora
259 empresário e morador do conjunto Jardim das Perdizes. Informa que, devido ao atual
260 modelo econômico da operação urbana, o interesse e ação do mercado imobiliário
261 encontram-se estagnados. Defende a adoção de novos parâmetros econômicos e
262 defende a apresentação e os estudos realizados pela São Paulo Urbanismo. Ressalta
263 a importância da divisão entre os temas abordados na audiência pública, e esclarece
264 que o pedido da população ali colocado não se refere ao cálculo da viabilidade
265 econômica e do valor dos CEPAC, mas sim da efetividade do uso dos recursos em
266 obras públicas necessárias. **Sr. Dejacir Gerônimo, da Associação de Moradia da**
267 **Zona Oeste-Noroeste** cumprimenta a mesa e os presentes. Questiona se a vontade e
268 a necessidade da população são acatadas na revisão do projeto. Ressalta a
269 dificuldade de compreensão da apresentação realizada. Questiona sobre a remoção
270 da cota de 30% do fator construtivo voltado para habitação. Sugere ainda que, sobre a
271 mesma cota, o valor deveria ser acrescido e passado para 50%, nos antes 30%.
272 Finalizadas as manifestações, **Sr. Leonardo Amaral Castro** informa que serão feitos
273 os esclarecimentos aos questionamentos apresentados e que as afirmações serão
274 recepcionadas como tal. Passa a palavra ao Superintendente de Estruturação de
275 Projetos para apresentação dos esclarecimentos. **Sr. Marcelo Ignatios** destaca e
276 salienta que o plano urbanístico previsto não será modificado, e que o objetivo deste
277 ajuste na lei é para corrigir uma distorção criada junto aos valores do CEPAC que
278 travou os investimentos na região. Cita as diversas reuniões realizadas junto ao Grupo
279 de Gestão para apresentação e debate da proposta de revisão da lei da operação
280 urbana, salientando que as questões de drenagem – estabelecidas pelo licenciamento
281 ambiental da própria operação urbana, não são alteradas nesta proposta. Lembra
282 ainda que no processo participativo é fundamental compreender e ouvir todos os lados
283 e todas as opiniões dos mais diversos agentes envolvidos, e, na medida do possível,
284 construir junto a todos eles o melhor plano possível. **Sr. Leonardo Amaral Castro** cita
285 as falas apresentadas e o desenvolvimento paralelo das ações frente à implementação
286 das unidades habitacionais e da revisão da lei, sendo que os trabalhos realizados são
287 frutos de uma harmonia entre os departamentos da São Paulo Urbanismo, num
288 processo de aprovação pública dos trabalhos. Destaca a importância de não se trazer

289 a lei o que não for de consenso entre as partes, e que após o término desta presente
290 audiência, todos os comentários e sugestões serão lidos, interpretados, analisados e,
291 dentro do possível, atendidos. **Sr. Paulo Frange** encerra sua participação
292 agradecendo aos presentes e ressalta o conjunto de direitos alcançados, inéditos,
293 nesta lei. Destaca também a importância de se destravar economicamente o fluxo de
294 caixa da operação, e que esta revisão proposta é o instrumento adequado a isto.
295 Declara seu apoio a revisão da lei. **Sr. Leonardo Amaral Castro** agradece a presença
296 de todos, agradece a presença da mesa, da equipe da São Paulo Urbanismo que
297 viabilizou a audiência pública e a população que compareceu. Agradece as falas dos
298 presentes e esclarece que toda e qualquer dúvida que possa ter ficado presente, que
299 a São Paulo Urbanismo e seus técnicos estão disponíveis para atendimento e diálogo
300 após o término da audiência, e durante todo o expediente na sede da empresa. Não
301 havendo mais nada a ser declarado, a presente audiência é encerrada às 21h30. Eu,
302 Patrícia Saran, Gerente de Participação Social da São Paulo Urbanismo lavro a
303 presente ata.